

Assomb. pag. 6
CONSTITUINTE

Escolha de líder pelo governo é "intromissão", diz o PMDB

por Valério Fabris de Brasília

As principais lideranças do PMDB no Congresso rejeitaram ontem a idéia do ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, de o governo contar com um líder na Assembleia Nacional Constituinte. Esta posição contrária à liderança de governo na Constituinte foi claramente externada pelo presidente do Senado e do Congresso Nacional, Humberto Lucena (PMDB-PB), e pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP).

Pela primeira vez uma autoridade do Palácio do Planalto afirmou que o governo cogita a indicação de um líder na Constituinte. Ao tomarem conhecimento da posição externada pelo ministro Marco Maciel, outras personalidades pemedebistas reagiram negativamente. Foi o caso do ex-governador do Paraná e atual senador José Richa, do senador Severo Gomes (SP) e do deputado Euclides Scalco (PR). A opinião unânime é de que a presença de um líder governista na Constituinte seria uma intromissão do Executivo em uma assembleia que é soberana.

Essa alegada "interferência" foi indicada pelo senador Humberto Lucena em entrevista à imprensa, logo depois de uma curta audiência com o presidente Sarney no Palácio do Planalto, conforme o relato do repórter Edson Beú, deste jornal. "Não há como justificar um líder do governo na Constituinte. Os líderes do governo devem ser os dos partidos que o apoiam. Cada partido deve atuar de forma soberana", disse Humberto Lucena, alegando, entretanto, que o tema não foi abordado em sua conversa com o presidente Sarney. Afirmando ainda que desconhecia a formalização da proposta.

"A Constituinte deve rea-

Maciel defende a proposta

por Cecília Pires de Brasília

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, disse a este jornal que o presidente José Sarney deverá traçar os rumos para o aprimoramento dos canais entre o Legislativo e o Executivo e está amadurecendo a idéia de restaurar a figura do líder do governo no Congresso Nacional, com funções, também, na Constituinte, para coordenar este trabalho.

"Temos de trabalhar mais no sentido de aprimorar as relações entre o Executivo e o Legislativo. O presidente Sarney, como líder maior da Aliança Democrática, terá de oferecer rumos para a sustentação parlamentar do governo", disse o ministro. Para isto, o governo está pensando em escolher um parlamentar da Aliança Democrática, independentemente dos líderes do PMDB e do PFL no Congresso, "para atuar no Congresso de um modo geral e na Constituinte de modo particular", disse ontem o ministro, segundo relato do repórter Edson Beú.

"A idéia ainda está no forno", advertiu o ministro, mas surge da necessidade de encontrar uma fórmula para que o governo transmita o que



Marco Maciel

pensa à Constituinte. Além disso, esta seria maneira de o presidente Sarney expressar seus pontos de vista sobre matérias relevantes". Marco Maciel explicou que o governo pensa em indicar este líder que não se confundiria com as lideranças do PMDB e do PFL argumentando que, "nem sempre os partidos da Aliança representam fielmente o pensamento do governo no plenário, pelas dificuldades que enfrentam para encontrar uma posição de consenso entre as duas bancadas".

Marco Maciel afirmou que o presidente Sarney prefere, por estas razões, escolher um

nome de sua afinidade e de plena aceitação na Aliança Democrática para defender seus interesses na definição de matérias relevantes, "preservando as funções específicas dos líderes do PMDB e do PFL e contando com um parlamentar que atue fora da área de atrito interpartidária".

O ministro discordou que esta medida possa significar ingerência do Executivo na Constituinte. "Ela é um colegiado que comporta este tipo de interlocutor." Afirmando ainda que o País passa por um "momento crítico e o presidente precisa contar com alguém capaz de fluir e influir no Congresso Nacional, como um espécie de embaixador no plenário ordinário e na Constituinte", explicou.

Marco Maciel ainda voltou a condenar o regime de "recusos branco" da Câmara e do Senado, com funcionamento das duas Casas apenas em caráter extraordinário, como sugere a proposta do PMDB. "Os parlamentares não vão abdicar da tarefa de legislar, dentro do papel para o qual foram eleitos. A Constituinte também não pode ser o grande fórum de debates, como ocorre no Congresso, sob pena de vê-la transformada num grande pinga-fogo", concluiu o ministro.

lizar seu trabalho ao largo do Executivo", disse Severo Gomes. "O presidente Sarney não me falou sobre o assunto e acho, em princípio, que essa figura de líder do governo não pode existir na Constituinte", declarou, por sua vez o senador Fernando Henrique Cardoso. Ele supõe que setores do PMDB se sentiriam sob a ingerência do Executivo.

Fernando Henrique Cardoso entende que a ausência de um líder do governo não isolaria o Executivo em relação às ações travadas no Legislativo. "O governo está representado na Constituinte pelos parlamentares que o apoiam", disse o líder do PMDB no Senado. A questão suscitada pelo ministro Marco Maciel, como reconhece Fernando Henrique Cardoso, acende o debate sobre os limites da autonomia da Constituinte. Ele, assim como Richa, Severo Gomes e Euclides Scalco, acha que a Assembleia Constituinte só não tem o poder de revogar a Constituição atual, enquanto a nova Carta não for promulgada.

Em meio à discussão sobre o grau de autonomia política da Assembleia Constituinte, emergiu também o debate sobre o papel das lideranças partidárias. Richa e Severo Gomes de-

fendem o ponto de vista de que as lideranças partidárias da Câmara e do Senado devem ter a missão de articular as bancadas apenas em suas respectivas casas legislativas. "Defendo a proposta de que o PMDB precisa ter um líder especificamente para a Assembleia Constituinte. E o meu candidato é o senador Mário Covas (SP)", disse o ex-governador do Paraná.

A posição de Richa, com-

partilhada por Severo Gomes, implica uma nítida demarcação de fronteiras. A Câmara e o Senado, formando o Congresso Nacional, é que têm a competência, através de maioria absoluta, de alterar a Constituição vigente. O Executivo nelas pode dispor de líderes, como argumenta Richa, porque é na Câmara e no Senado que são travados embates entre o governo e a oposição.

Candidatos à liderança intensificam campanha

por Zanoni Antunes de Brasília

O deputado Milton Reis, do PMDB de Minas Gerais e postulante à liderança do seu partido na Câmara, afirmou ontem que o presidente José Sarney só indicará um nome para exercer a liderança do governo na Constituinte caso o candidato que vier a ser escolhido para líder do partido "não se afine com ele ou que não tenha um razoável trânsito no Palácio do Planalto". O deputado mineiro esteve ontem no Palácio com o presidente José Sarney num encontro que durou 45 minutos.

Milton Reis disse que o presidente já havia manifestado essa intenção aos outros três candidatos que também disputam a liderança do PMDB na Câmara: Carlos Sant'Anna (BA), Luiz Henrique (SC) e João Herrmann (SP). No entanto, o deputado Luiz Henrique, ao ser procurado por este jornal, corrigiu as declarações de Milton Reis com relação à indicação de um líder por parte do governo.

Segundo Luiz Henrique, o presidente José Sarney teria afirmado que só indicaria um líder na hipótese de uma candidatura sem trânsito junto ao governo. "O que não é o caso dos quatro parlamentares que disputam a liderança do PMDB", observou.

DISPUTA
Com a eleição para líder do partido marcada para o próximo dia 10, os candidatos já intensificaram suas campanhas. Milton Reis disse que conta com o apoio das bancadas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas

Gerais. Ontem, o deputado mineiro participou de uma reunião com a bancada de seu estado, quando ficou acertado que cinco parlamentares vão trabalhar a sua candidatura junto a outras bancadas. Os deputados escolhidos são: José Ulysses, Otávio Elizio, Luiz Alberto Rodrigues, Marcos Lima e Roberto Brandt.

Já o candidato João Herrmann se tem lançado para o debate entre as bancadas. Herrmann defende que seja criado o "voto de confiança" durante o exercício da liderança. Para ele, não existe mandato de líder, que poderá ser destituído assim que perder a confiança dos seus liderados. Outra proposta do deputado paulista é que os vice-líderes exerçam funções definidas e em permanente contato com a sociedade.

O deputado Luiz Henrique disse que já conta com o apoio das bancadas dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Outro forte candidato à liderança é o deputado baiano Carlos Sant'Anna, ex-ministro da Saúde. O deputado Hélio Duque, do Paraná, retirou a sua candidatura por discordar da possibilidade de o governo vir a indicar um líder.

O deputado Pimenta da Veiga, atual líder do partido, voltou a negar ontem que seja candidato à recondução ao cargo. Segundo ele, a hipótese de vir a concorrer novamente à liderança não tem fundamento. Pimenta lembrou que os atuais candidatos só lançaram suas candidaturas após receber dele a garantia de que não pleitearia mais o cargo.

Maia defende um novo debate sobre o pacto

por Riomar Trindade de Brasília

O governo está imobilizado por falta de ousadia política para negociar o pacto social com todos os segmentos da sociedade. A opinião foi manifestada a este jornal, ontem, pelo deputado pedetista César Maia, ex-secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, que se mostra preocupado com a situação atual da economia do País.

Na visão de Maia, para "sair desse imobilismo" seria salutar que o governo tomasse a iniciativa e fizesse um chamamento à classe política para um amplo debate do pacto social, "em cima de temas de base" como a reforma bancária, o desenvolvimento social, a nova ordem econômica que se pretende insta-

lar no País. "Na Espanha, o acordo econômico foi discutido com as lideranças políticas, com os partidos, e posteriormente com os sindicatos patronais e de trabalhadores. Acho que é esse o caminho", diz.

Cesar Maia julga que há espaço político para uma ampla negociação do pacto social com os partidos políticos representados por deputados e senadores na Assembleia Nacional Constituinte. "Se o governo colocar na mesa de negociação, de fato, o pacto social, político e econômico, ele vai inspirar as decisões da Constituinte", avalia. Mas sublinha que na questão social, por exemplo, é indispensável que se debata profundamente a política de investimentos em infraestrutura e insumos básicos.

Ulysses faz apelo para acelerar a elaboração do regimento

por Francisca Stella Fagó de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) encerrou ontem a terceira sessão da Assembleia Nacional Constituinte com um apelo para que o processo de elaboração do regimento interno seja acelerado ao máximo. Ele tinha em mãos mais de sessenta emendas destinadas a modificar a proposta das lideranças partidárias sobre o funcionamento inicial da Constituinte, que estabeleceu o dia 24 para a aprovação do regimento definitivo.

Hoje, às 14h00 os constituintes por convocação de seu presidente, Ulysses Guimarães, vão reunir-se para votar as normas provisórias. Mas, a julgar pelos debates da sessão de ontem, a mesa deverá ser pressionada por segmentos da assembleia para permitir que a Constituinte se imponha imediatamente como poder soberano, acima de qualquer outro poder e elimine o chamado entulho autoritário.

Insistentes manifestações dos pequenos partidos de esquerda contra o funcionamento da Constituinte sob a égide da Constituição em vigor integral retardam a votação das normas provisórias.

O PT e o PC do B propõem a imediata eliminação dos poderes do Executivo de editar decretos-leis, das normas sobre segurança nacional e querem o imediato restabelecimento das prerrogativas do poder Legislativo. Sem isso, como diz o deputado Luís Ignácio da Silva — Lula — líder do PT, os constituintes trabalhariam "com uma espada em sua garganta".

As alas mais expressivas do PMDB e do PFL sustentam que a Constituinte tem o poder de fazer uma nova Constituição, que terá vigência assim que for promulgada, nos termos em que foi convocada pela emenda constitucional número 26. Qualquer alteração das normas constitucionais em vigor teria de ser deliberada pelo Congresso Nacional, mediante aprovação de dois terços de seus membros. E desejam que a nova Constituição comece a ser feita o mais rapidamente possível.

Arinos: Assembleia deve reconhecer a Constituição

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A Constituinte tem poder para elaborar a nova Constituição brasileira. Pretender que ela possa alterar os princípios constitucionais vigentes seria o mesmo que não reconhecer a sua própria legitimidade, já que a sua convocação nasceu de uma emenda constitucional.

A opinião é do senador Afonso Arinos que foi constituinte em 1946 e para quem a discussão teórica sobre qual a extensão do poder originário da Constituinte que garante a sua soberania (tema que vem sendo debatido em todas as sessões plenárias), acaba atrapalhando o início dos trabalhos da Constituinte.

O senador refutou a idéia de que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Carlos Moreira Alves, ao permitir que o plenário decidisse se os senadores eleitos em 1982 tinham legitimidade para ser constituintes, tivesse aberto um precedente constitucional que poderia ser usado outra vez para resolver a questão da extensão dos poderes da Constituinte. Para Afonso Arinos, a decisão do presidente do STF foi política, como também o é a decisão sobre o poder da Constituinte.

Também em relação aos senadores, Afonso Arinos defende os preceitos constitucionais vigentes. Esses

Os defensores da modificação imediata da Constituição em vigor valem-se de um argumento que, segundo entendem, foi fornecido pelo próprio presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Carlos Moreira Alves, durante a discussão sobre se os senadores eleitos em 1982 poderiam integrar a Assembleia Constituinte. Moreira Alves submeteu a decisão a plenário da Assembleia.

Lula e os demais partidários de sua proposta entenderam a decisão de Moreira Alves como um precedente, o reconhecimento da mais alta figura do judiciário de que a Constituinte não está sujeita a norma vigente alguma.

Mas outro episódio expôs a preocupação dos constituintes com os limites do Judiciário neste momento. O líder do Partido Liberal, deputado Adolpho Oliveira, levou à apreciação do Supremo Tribunal Federal uma questão sobre os limites do poder da Constituinte. Isso provocou inflamadas reações do deputado petista José Genoíno, que em plenário, afirmou que, se o Supremo Tribunal Federal apreciasse essa questão poderia, pela mesma lógica fechar a Constituinte.

O deputado Roberto Freire, líder do PCB, comentava que, se a Constituinte precisasse consultar o Judiciário agora para saber que poderes tem agora, não terá poder algum para no momento de promulgar a nova Constituição.

Na avaliação dos defensores da manutenção, por ora, das disposições constitucionais em vigor, a atitude do ministro Moreira Alves na discussão da participação dos senadores eleitos em 1982 foi uma mera formalidade, que em nada autoriza a interpretação ampla dada aos partidários da outra posição.

Dentro do PDS, há apenas um defensor das mudanças imediatas da Constituição em vigor, o deputado Bonifácio Andrada (PDS-MG). O líder do partido na Câmara, Amaral Neto, sustentou ontem que os constituintes devem limitar-se por enquanto a restabelecer as prerrogativas do Legislativo e em seguida começar a fazer a nova Constituição.

senadores, assim como os demais membros do Congresso, participaram da votação e aprovação em 1985, da emenda constitucional 26, que convocou a Constituinte. Com este raciocínio, o senador afastou a argumentação do deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) que na segunda-feira havia pedido ao ministro Moreira Alves a declaração de que os senadores eleitos em 1982 não tinham legitimidade para participar da Constituinte, uma vez que a eleição para o Congresso ocorreu apenas em novembro do ano passado.

O senador José Richa (PMDB-PR) afirmou que qualquer alteração na Constituição deve ser feita pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, em conjunto, sob pena de se instalar a anarquia na ordem constitucional.

O líder do PTB, Gastone Righi (PTB-SP) disse que se não há Constituição e o Congresso pode tudo, "o general Leonidas Pires, ministro do Exército, também pode, com a diferença de que o general tem canhões e exército e o Congresso não".

Permitir que a Constituinte tenha poderes sobre a atual (Constituição), na opinião do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) é chegar a uma situação perto do arbítrio, porque existe uma ordem jurídica vigente.

As propostas que dividem

por Valério Fabris de Brasília

A aprovação de cada capítulo da nova Constituição significará a automática revogação do respectivo capítulo da Constituição de 1967. E o que defendem os pequenos partidos de esquerda como PT, PC do B, PCB e segmentos do PDT. Contrapõe-se a essa posição o argumento de que a Constituição de 1967 cairá por inteiro quando for promulgada a nova Carta, uma tese defendida pelo PTB, PDS, PFL e pela maioria do PMDB, inclusive por membros da sua ala esquerda.

A polêmica, a rigor, cinge a esquerda do PMDB, uma os moderados e a direita de todos os partidos. Figuras do amplo espectro da esquerda pemedebista rea-

gem com veemência à interpretação de que a Assembleia Constituinte pode tudo, inclusive a revogação a conta-gotas da Constituição atual. Levantam-se contra essa interpretação os senadores paulistas Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Os líderes do PDS, Amaral Neto (na Câmara) e Jarbas Passarinho (no Senado), consideram que a hipótese levantada por parlamentares petistas, sobretudo, seria a instauração da anarquia jurídica.

A controvérsia configura o teatro da batalha constitucional, na avaliação de Mário Covas. Ou seja, as aglutinações de forças ocorrerão conforme as circunstâncias. "Cada caso é um caso, cada cabeça uma cabeça", diz Fernando Henrique.